

MAN  
DRÁ  
GORA

*ARTIGOS*

## Masculinidade e religião: trajetórias de gênero no Brasil

*Sandra Duarte de Souza\**

### RESUMO

Este artigo aponta a trajetória dos estudos sobre masculinidade e religião no Brasil, no contexto dos estudos de gênero.

*Palavras-chave:* Masculinidade; Gênero; Religião.

## Masculinity and Religion: gender trajectories in Brazil

### ABSTRACT

This article points out the trajectory of Brazilian masculinity and religion studies in the context of gender studies.

*Keywords:* Masculinity; Gender; Religion.

## Masculinidad y religión: trayectorias de género en Brasil

### RESUMEN

Este artículo apunta la trayectoria de los estudios sobre masculinidad y religión en Brasil, en el contexto de los estudios de género.

*Palabras-clave:* Masculinidad; Género; Religión.

### Introdução

O campo dos estudos de gênero no Brasil origina-se alimentado por teorias feministas estadunidenses e européias. Obviamente, isso explica apenas parte de sua constituição. A participação ativa de acadêmicas e acadêmicos no nascente movimento feminista brasileiro a partir de meados da década de 1970, conferirá um contorno particular à produção de gênero no país. Há que se lembrar também que é nesse mesmo período que se experimenta uma crescente feminização da academia e a conseqüente transformação da pauta científica, que já não pode ficar alheia às problematizações e temáticas das mulheres. Assim, a *vida privada* é trazida a público, particularmente pelas mãos das mulheres. Temas *pouco nobres* para a academia passam a ganhar um lugar de destaque na produção do conhecimento científico:

Histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras ou empregadas domésticas, fogões e panelas invadiram a sala e o campo de observação intelectual ampliou-se consideravelmente (Rago, 1998, p. 91).

É nesse contexto que as ciências sociais no Brasil começaram a desenvolver os estudos *sobre a mulher*. Numa tentativa de datação, segundo Matos (1997, p. 86), aponta-se o livro de Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes*, publicado em 1969, como precursor dos estudos de gênero no Brasil. A posição periférica de escritos *sobre a mulher* passa a ganhar visibilidade, num contexto mais amplo de questionamento dos paradigmas que, até então, informavam a ciência. A experiência, o cotidiano, tomados como categoria analítica, conferem novas lentes às ciências sociais, particularmente no que se refere aos estudos *sobre a mulher*. As abordagens mais frequentes entre as décadas de 1970 e 1980 tratavam do trabalho feminino, da sexualidade e do papel social da mulher no âmbito da família, diga-se, como esposa e mãe. Éramos a categoria a ser estudada. Assim,

\* Doutora em Ciências da Religião, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, coordenadora do Grupo de Pesquisa de Gênero e Religião Mandrágora/Netmal da mesma instituição. E-mail: sanduarte@uol.com.br.

procurou-se recuperar a atuação das mulheres no processo histórico, como sujeitos ativos, de modo que as imagens de pacificidade, ociosidade e confinamento ao espaço do lar vêm sendo questionadas, descortinando-se esferas de influência e recuperando-se testemunhos femininos (Matos, 1997, p. 94).

Mas, a história das mulheres foi cedendo lugar ou, melhor, compartilhando-o, com os chamados *estudos de gênero*, estes últimos nem sempre bem recepcionados por parte de alguns setores feministas mais ortodoxos.

### 1. Dos “estudos da mulher” aos “estudos de gênero”

A produção acadêmica *sobre a mulher* estava ainda fortemente marcada por um discurso que variava entre a vitimização das mulheres e a sua heroicização (Matos, 1997, p. 94), mostrando-se insuficiente para tratar da complexidade das relações sociais de sexo. É nesse contexto que surge a categoria gênero, cujo caráter relacional revela o processo de produção social dos sexos. A noção de gênero tomada como um instrumento teórico-metodológico permite-nos desvelar a trama subjacente a uma sociedade moldada pela oposição binária entre o masculino e o feminino. Gênero refere-se ao *discurso da diferença dos sexos* – o sentido social construído pela diferença biológica. Daí ser um conceito relacional e por isso mesmo social e político. Nisso reside a importância da utilização dessa categoria/conceito para o estudo de nosso objeto.

Nas palavras de Gayle Rubin, o gênero é um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana. Ou ainda, segundo Joan Scott (apud Grossi, 1998, p. 115), gênero

não se refere apenas às idéias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de ordenação do mundo e, mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta. Portanto, o gênero é a organização da diferença sexual. Ele não reflete a

realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos.

Os estudos sobre esse processo de produção sócio-cultural do homem e da mulher têm relativizado os universais, desfatalizado a organização social e têm permitido a ampliação de nosso objeto de conhecimento. Assim, o campo dos *estudos sobre a mulher*, voltado a entender o que se denominava “a condição da mulher”, é ampliado e dá origem aos *estudos de gênero*. Isso, evidentemente, sem negar a opressão e o ocultamento histórico das mulheres e, portanto, sem negar a importância do desenvolvimento de estudos que recuperem, por exemplo, personagens femininos “apagados” por uma história de heróis masculinos.

Porém, mesmo a categoria gênero já se complexificou, indicando a dinamicidade da reflexão feminista e sua capacidade de subtrair-se à dogmática teórica acadêmica, lançando-se no movimento campo da instabilidade das categorias analíticas (Harding, 1993). Isso não quer dizer que não se tenha ancoragem teórica, mas apenas denota que a multi/interdisciplinaridade que caracteriza o pensamento feminista contemporâneo demanda uma forma mais plural de abordagem, a partir de variadas ancoragens teóricas. Essa aparente “promiscuidade teórica” e a ênfase na experiência e na prática têm possibilitado importantes avanços na produção feminista do conhecimento.

### 2. O “masculino” como objeto dos estudos de gênero

O processo de produção do saber envolve relações de poder que se traduzem no estabelecimento de uma normatividade que tem sexo, raça e classe. A crítica feminista às categorias universais e universalizantes<sup>2</sup> tem explicitado a particularidade das

<sup>1</sup> Se lida a partir do ponto de vista de uma ciência engessada.

<sup>2</sup> Tal postura deve ser considerada em um contexto crítico mais amplo em relação ao modo dominante de produção do conhecimento científico, particularmente abordado pelo que se convencionou chamar de pensamento pós-moderno.

categorias dominantes, seu caráter sexista, ideológico, etnocêntrico e, conseqüentemente, identitário e excludente.

Nesse processo de desnaturalização e desestabilização dos saberes constituídos, a categoria do gênero encontra campo fértil, já que, nas palavras de Margareth Rago (1998a, p. 24-25), ela “permitiu sexualizar as experiências humanas, fazendo com que nos déssemos conta de que trabalhávamos com uma narrativa extremamente dessexualizadora”. A categoria gênero “desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais”.

Porém, apesar da afirmação da relacionalidade da categoria gênero, a ênfase das pesquisas na compreensão da construção social do feminino deixou oculta, por muito tempo, a necessidade da discussão da construção social do masculino. O masculino paradigmático, tão criticado pelas pesquisadoras de gênero, continuou com seu lugar paradigmático, deixando “a impressão de que os homens existem em algum lugar além do social, como se – mais uma vez – o masculino constituísse um parâmetro extra-histórico e englobante” (Fonseca, 1998, p. 17).

O gênero envolve diferentes relações, *relações sociais marcadas pelas diferenças materiais e simbólicas entre feminino e masculino, relações entre mulheres e homens, mas também das mulheres e dos homens entre si*. Assim,

a categoria do gênero abre, ainda, a possibilidade da constituição dos estudos sobre os homens, num campo teórico e temático bastante renovado e radicalmente redimensionado. Após a “revolução feminista” e a conquista da visibilidade feminina, após a constituição da área de pesquisa e estudos feministas, consagrada academicamente em todo o mundo, os homens são chamados a entrar, desta vez, em um novo solo epistêmico. É assim que emergem os estudos históricos, antropológicos, sociológicos – interdisciplinares – sobre a masculinidade, com enorme aceitação. Cada vez mais, portanto, crescem os estudos sobre as relações de gênero, sobre as mulheres, em particular, ao mesmo tempo em que se constitui uma nova área de estudos sobre os homens, não mais percebidos enquanto sujeitos universais (Rago, 1998a, 37-38).

No Brasil, podemos datar o início do debate sobre a crise da masculinidade a partir do I Simpósio do Homem, realizado em 1985 (Lisboa, 1998, p. 131). De lá para cá, vários pesquisadores e pesquisadoras têm se debruçado sobre o tema. Para citar alguns: Cushinir, 1992; Neves, 1986; Almeida, 1996; Nolasco, 1993 e 1995; Goldenberg, 1995; Badinter, 1992. Em sua maioria, as pesquisas questionam a masculinidade paradigmática e abordam o seu processo de construção social, revelando seu caráter de coisa construída. Revelam também o predomínio de um tipo específico de masculinidade, orientadora do “ser homem” em sociedade, uma masculinidade hegemônica (Almeida, 1995) que inviabiliza qualquer outro tipo de masculinidade.

O desenvolvimento de estudos voltados para o tema da masculinidade forçou pesquisadoras e pesquisadores a se dedicarem ao estudo do que se convencionou chamar de “crise da masculinidade”.

### 3. A chamada crise da masculinidade

A crescente inserção da mulher na esfera pública, com participação significativa no mercado de trabalho, na educação, na política partidária, nos movimentos sociais e nas instituições religiosas, aparece como o pivô da chamada “crise da masculinidade”. O masculino definido a partir do exercício do poder do homem sobre a mulher e sobre sua prole tem passado por uma redefinição, não sem resistência, desde inícios da Idade Moderna, mas é especialmente a partir de meados da década de 1960, com a emergência do movimento feminista, que tal redefinição se torna premente. Apesar disso, o discurso religioso e alguns aspectos da prática religiosa caminham a passos lentos, muitas vezes obstaculizando o processo de desconstrução e reconstrução dos papéis sociais de sexo. Outras vezes, porém, parece haver uma melhor sintonia com essa nova situação social da mulher moderna, abrindo-se a uma reconfiguração de seu universo simbólico.

A atual emancipação da mulher na sociedade brasileira tem redefinido, mesmo que sutilmente, as representações sociais de homens e de mulheres. Não se trata, porém, de um movimento simples e

linear. A resistência a tais mudanças configura um movimento contrário, que busca sobreviver aos esforços de autonomia feminina. Talvez não devêssemos falar em “movimento contrário”, em opostos. A ambigüidade do ser-homem ou mulher na sociedade moderna se revela um campo movediço sobre o qual os estudos feministas buscam se desenvolver. De qualquer maneira, alguns aspectos dessa relativa autonomia da mulher contemporânea podem ser destacados em diversas áreas:

- Família: Atualmente, as estatísticas têm apontado para o crescente número de mulheres que se caracterizam como “chefes de família”, lugar exclusivo do homem até muito recentemente. Segundo dados do Censo de 2000 realizado pelo IBGE, tem crescido o número de lares brasileiros sustentados por mulheres. Esse não é apenas um indicador econômico, no sentido de que a mulher é a mantenedora da casa, mas também um indicador de que, numa sociedade em que se objetivou o poder pela propriedade, a mulher passa a ter maior autonomia e participação nas decisões da casa. Além disso, contrariando o processo de socialização tradicional, as mulheres contemporâneas tendem a se casar mais tarde e a ter menos filhos, sendo que, não raramente, assumem a responsabilidade integral pela criação dos filhos.

- Educação: De acordo com o Censo de 2000, as mulheres também estudam mais do que os homens. A evasão escolar feminina é menor que a masculina. É evidente que, entre outros motivos, isso tem a ver com a demanda por produtividade econômica que força os homens a ingressarem no mercado de trabalho muito cedo, devido a serem considerados os responsáveis primeiros pela economia familiar. Afinal, ainda prevalece a mentalidade de que o homem deve ser o provedor da família.

- Trabalho: A progressiva inserção da mulher no mercado de trabalho também é quantificada pelo Censo de 2000; todavia, as mulheres ganham até 40% menos desempenhando a mesma função que o sexo oposto.

- Política: A participação político-partidária e a participação ativa em movimentos sociais é outro ponto a ser destacado. Tal participação, entre outros aspectos, tem forçado à redefinição do público e do privado e à redefinição de seus atores.

- Religião: Apesar de ser a maioria do público religioso, as mulheres, especialmente no âmbito institucional cristão, são as que menos exercem cargos de liderança. Porém, mesmo nessa situação, avanços significativos têm acontecido, como, por exemplo, a ordenação pastoral feminina em algumas instituições religiosas protestantes e a crescente presença feminina nos seminários e nas faculdades de teologia, fazendo emergir um público feminino com conhecimento teológico, o que lhe permite acesso ao quase intangível mundo do saber religioso.

Apesar dos senões, é importante ressaltar que o presente quadro só é possível no contexto da modernidade, que viabiliza o surgimento de movimentos sociais, que dessacraliza as instituições e que enfatiza os sujeitos sociais. Evidentemente, as conquistas acima apontadas dão novos contornos às representações sociais acerca das mulheres, desenhando, mesmo que insegura e tremulamente, novas mulheres. Isso não tem conseqüências apenas para as mulheres.

As novas identidades da mulher afetam diretamente o masculino constituído, que se depara cada vez mais com mulheres autônomas, chefes de família, mais escolarizadas, profissionais alocadas no competitivo mercado de trabalho e inseridas na política e em postos diversos de liderança.

Essa configuração social, somada ao desafio dos estudos de gênero sobre masculinidade, tem colocado importantes questões para as pesquisadoras e os pesquisadores de gênero e religião: como o campo religioso tem lidado com isso? Em que medida as instituições religiosas têm afinado o seu discurso com as mudanças sociais relativas às questões de gênero? Quais os câmbios ou as continuidades do discurso religioso acerca dos papéis sociais de sexo num contexto de redefinição das identidades de gênero e da chamada “crise da masculinidade”?

#### 4. Religião e masculinidade

A religião, segundo Geertz (1989, p. 104/5), é

um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens [sic] através da formulação de



conceitos de uma ordem de existência geral vestindo essas concepções com tal aura de fatalidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas.

Essa definição de Geertz aponta para a importância da abordagem de gênero no contexto da religião. Se a religião é um sistema de significados, conferindo sentido à vida dos que partilham desse sistema, objetivando determinada ordem de existência, logo as relações sociais de sexo devem ser entendidas como parte orgânica desse sistema simbólico, sendo, elas mesmas, sistemas de significados.

A constatação da secundariedade das mulheres em situações religiosas diversas motivou o desenvolvimento de um campo particular de pesquisa, o campo de gênero e religião, e sua trajetória não é diferente do campo mais amplo dos estudos de gênero.

Inicialmente, a produção feminista brasileira sobre religião estava mais voltada para a recuperação de personagens femininos no contexto das religiões, particularmente daquelas de tradição judaico-cristã. Era importante trazer à tona as "heroínas da história", uma história contada apenas a partir da perspectiva dos "heróis". Essas pesquisas possibilitaram a abertura de um caminho que não mais se fechou. A história não contada passou a ser conhecida. Porém, a ênfase se dava basicamente na tentativa de recuperação de personagens femininos no contexto das religiões patriarcais.

A categoria gênero foi se introduzindo lentamente no campo da religião. A complexidade do objeto ampliou as bases das pesquisas, e essas passaram a discutir também o ocultamento historiográfico das mulheres no processo de constituição de movimentos religiosos, a pouca participação feminina nas estruturas de poder das instituições religiosas, a masculinização dos símbolos religiosos, entre outros temas. A categoria gênero foi se introduzindo lentamente no campo da religião. Não obstante, as pesquisas produzidas experimentam a dificuldade de tratar a relacionalidade exigida por essa categoria, mesmo havendo uma preocupação em dissociar as pesquisas de gênero da idéia de estudos *sobre as mulheres feitos por mulheres*.

Só muito recentemente os estudos de gênero e religião têm começado a se voltar para a discussão

do processo de construção sócio-cultural da masculinidade. Os estudos sobre masculinidade e religião têm trazido um tipo novo de pesquisador para o âmbito das pesquisas de gênero: os homens<sup>3</sup>. Estes têm uma participação bastante reduzida nas produções de gênero e religião, confirmando a equivocada fórmula: gênero = mulher. Os estudos sobre masculinidade parecem ter aberto um importante espaço para os homens no campo de gênero e religião. Se, por um lado, isso finalmente coloca os homens no quadro de pesquisadores de gênero e religião no Brasil, essa situação nos leva a mais um questionamento: o da fórmula masculinidade = homem. Afinal, por que a maioria das pesquisas em gênero e religião que tratam do tema da masculinidade é produzida por homens? Por que as mulheres têm escrito tão pouco nessa área? Explicita-se aqui a ainda persistente dificuldade em entender gênero como categoria relacional. Em 1971, Nicole-Claude Mathieu (apud Welzer-Lang, 2004, p. 103) já havia escrito que,

uma vez que nas nossas sociedades as duas categorias de sexo cobrem a totalidade do campo social, parece lógico que qualquer especificidade de uma se defina apenas em sua relação com a especificidade da outra, e que uma e outra não possam ser estudadas isoladamente, pelo menos antes de terem sido totalmente conceituadas como elementos de um mesmo sistema estrutural.

Para Joan Scott (1990, p. 7), o uso da categoria gênero

rejeita a validade interpretativa da idéia das esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo.

Estudar o processo social de construção da masculinidade é fundamental no contexto dos estudos de religião. Há que se lembrar que as religiões têm sexo, que as instituições religiosas

<sup>3</sup> É importante ressaltar que isso só se verifica no âmbito dos estudos de "gênero e religião". No quadro geral das pesquisas de gênero, os trabalhos sobre masculinidade são, em grande parte, desenvolvidos por mulheres.

são generificadas e que, se o gênero da religião é masculino, "é neste mundo masculinizado que nós, homens e mulheres, nos relacionamos, nos significamos (...) e nos organizamos do ponto de vista religioso" (Veloso, 2005, p. 72).

### Referências

- ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. *Masculino/Feminino: tensão insolúvel. Sociedade brasileira e organização da subjetividade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- CUSCHNIR, Luiz. *Masculino/Feminina*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- FONSECA, Cláudia. Prefácio. In: PEDRO, J. M. e GROSSI, M. P. (orgs.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 15-20.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOLDENBERG, Mirian. A outra: uma reflexão antropológica sobre a infidelidade masculina. In: NOLASCO, Sócrates (org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- GROSSI, M., HEILBORN, M. e RIAL, C. Entrevista com Joan Wallach Scott. *Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, v. 6, n. 1, p. 114-124, 1998.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, v. 1, n. 1, p. 7-32, 1993.
- LISBÔA, Maria Regina Azevedo. Masculinidade: as críticas ao modelo dominante e seus impasses. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar (orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000. p. 131-138.
- MATOS, Maria Izilda. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In: *Gênero em debate*. São Paulo: Educ, 1997. p. 83-114.
- NEVES, Siloé Pereira. *Homem, mulher e medo: metáforas da relação homem-mulher*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- \_\_\_\_\_. (org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, 1998, p. 89-98.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J. M. e GROSSI, M. P. (orgs.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998a. p. 21-41.
- RUBIN, G. The traffic in women: notes on the "political economy" of sex. In: RELTER, Rayna (org.). *Towards an anthropology of women*. New York, [s. e.], 1975.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e realidade*. 16 (2). Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.
- VELOSO, Marcelo Augusto. In: *Corporeidade, etnia e masculinidade*.
- WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica Raisa. *Masculinidades*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.